

Plano de R\$ 26 milhões para melhorar a saúde

RORIZ LANÇA PACOTE QUE INCLUI AUMENTO DE SALÁRIOS, NOVAS REGRAS DE COMPRA DE MATERIAL E OBRAS EM HOSPITAIS

Um conjunto de sete medidas para colocar a saúde pública do Distrito Federal nos eixos e evitar que o DF perca o controle de gestão plena dos recursos disponibilizados pelo Ministério da Saúde. O Plano Emergencial, lançado ontem pelo governador Joaquim Roriz, engloba propostas que vão desde reformas estruturais até aumento de salários. O plano tem o apoio de entidades médicas, mas é visto com ressalvas pela oposição.

O pacote deve custar até R\$ 26 milhões em 2003. Segundo o secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, serão gastos R\$ 23 milhões com pessoal. E, de acordo com a vice-governadora, Maria de Lourdes Abadia, as reformas custarão entre R\$ 2 milhões e R\$ 3 milhões.

Algumas das medidas dependem de aprovação da Câmara Legislativa. O governador pediu aos distritais para que votassem em até 24 horas. A expectativa é de que o plano comece a apresentar resultados até o dia 14 de abril, prazo dado pelo Ministério da Saúde para que a rede pública comece a melhorar. "A partir de hoje, não quero mais ouvir que o atendimento de Brasília é um caos", afirmou Roriz, que prometeu fazer da saúde do DF a melhor do País.

As principais medidas

- Descentralização orçamentária para as unidades hospitalares, dando maior autonomia financeira e de gestão.
- Criação de cargos de supervisão das atividades administrativas e operacionais dos hospitais.
- Novos mecanismos de aquisição de medicamentos para a Central de Compras, de modo a garantir o abastecimento de remédios e reduzir compras emergenciais.
- Reforma física dos hospitais da rede de saúde.
- Aumento da remuneração dos cargos de chefia nas unidades hospitalares.
- Criação de incentivos para os profissionais das unidades da zona rural.
- Gratificações para servidores que participarem de ações emergenciais. Quem participar mais, recebe mais.

Ganho por produtividade

As medidas do Plano Emergencial priorizam a gestão de pessoal. Das sete medidas, quatro estão relacionadas à criação de cargos e gratificações para os servidores da Secretaria de Saúde. Uma das mais importantes é a que cria cargos de supervisão das atividades administrativas dos hospitais da rede. Cada unidade terá um supervisor. Segundo o governador, o objetivo é que os médicos passem a se preocupar apenas com saúde. "Não quero médicos se preocupando com banheiro estragado ou elevador que não funciona", disse.

O pacote prevê também aumento de salários para os ocupantes dos cargos de chefia dos hospitais, criação de incentivos para os servidores que trabalham na zona rural e gratificações a serem pagas de acordo com o número de atendimentos de

emergência feitos. "Quem faz dez cirurgias por dia não pode ganhar o mesmo que quem não fez nenhuma", explicou Joaquim Roriz.

Para acabar com a falta de medicamentos das farmácias dos hospitais, o sistema de compras que abastece a Central vai mudar. Agora, será feita uma licitação para registro dos preços mínimos. Com isso, quando precisar comprar os medicamentos, não precisa fazer uma licitação específica. Segundo Roriz, essa dispensa é legal. Os vencedores serão obrigados a ter um depósito em Brasília para reposição imediata do estoque.

Os hospitais passarão a ter maior autonomia financeira. Isso vai permitir que as unidades tenham dinheiro em caixa para custear consertos urgentes, sem precisar encaminhar pedidos à Secretaria de Saúde.